

O Eixo Atlântico e a Política de Desenvolvimento Regional

*Rui Nuno Baleiras**

15 de Setembro de 2010

Resumo

Portugal, à semelhança de outros países da OCDE, empreendeu entre 2005 e 2009 uma mudança de paradigma na sua política de desenvolvimento regional. Focalizada na competitividade dos territórios, condição necessária para prosseguir a coesão territorial, esta nova abordagem política precisa e apoia-se fortemente em parcerias com actores vocacionados para dinamizar o trabalho em rede com o tecido económico e social dos seus territórios. O *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular* já era, em 2005, uma instituição claramente alinhada com o novo paradigma. Este artigo é um testemunho pessoal acerca da importância da colaboração entre governos nacionais, por um lado, e organizações-âncora da cooperação entre actores do desenvolvimento regional, por outro. Evidencia a utilidade que a cumplicidade, no bom sentido, entre o Governo português e o Eixo pode ter para o bem-estar das populações da euro-região Galiza-Norte de Portugal.

1. Introdução

O *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular* (abreviadamente, EA), faz 20 anos de vida. É um belo pretexto para falarmos de desenvolvimento regional e da mais-valia que a convergência na acção entre entidades públicas nacionais e locais pode proporcionar à qualidade de vida das populações. O relacionamento que vivi com o EA enquanto membro do Governo português com responsabilidades na área do desenvolvimento regional motiva-me a partilhar com os leitores desta Revista um conjunto de reflexões acerca do papel das parcerias institucionais numa política moderna de desenvolvimento económico de base territorial.

Convém começar por clarificar bem o enquadramento dessa colaboração institucional. Por isso, a próxima secção explicita o que se entende por desenvolvimento económico, por que é que ele é intrinsecamente territorial e para que é que serve uma política de desenvolvimento regional. A Secção 3 dá conta de uma mudança em curso na natureza das políticas de desenvolvimento regional que se verifica nalgumas economias da OCDE e de como o EA, em devido tempo, se apercebeu e alinou a sua actuação com esse novo paradigma. O testemunho pessoal parte da caracterização necessariamente breve da situação de partida

* Professor na *Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho* e membro do seu *Núcleo de Investigação em Políticas Económicas*. *Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional* no Governo de Portugal entre Março de 2005 e Outubro de 2009. Correspondência: rbaleiras@eeg.uminho.pt.

que encontrei na Euro-região, matéria que é apresentada na Secção 4. As modalidades de articulação entre o Governo português e o EA são apresentadas na secção seguinte. A Secção 6 conclui. Em anexo, é apresentada uma lista das actividades que o EA prossegue e que ajudou a estruturar o artigo.

2. Do desenvolvimento económico à política de desenvolvimento regional

A missão do EA está bem identificada nos seus estatutos. O número 4 do artigo 2.º estabelece que o EA, “(...) inserindo-se num espaço mais vasto que é a União Europeia, tem como principal finalidade o desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico das cidades e das regiões que o constituem.”¹ Para os economistas, o desenvolvimento é um processo que forçosamente inclui todas as dimensões referidas nesta citação. Ao visar a promoção do desenvolvimento, o EA define-se então como um agente indutor de dinâmicas de médio e longo prazo no progresso das comunidades da Galiza e do Norte de Portugal.

Ora o desenvolvimento, na acepção económica é, precisamente, o processo de melhoria duradoura em condições ambiental e socialmente sustentáveis, da **qualidade de vida**, entendendo-se esta como o bem-estar geral da população. Em cada momento, a qualidade de vida de uma pessoa é afectada por variáveis como o rendimento disponível para consumo e poupança, o nível de educação, o acesso a infra-estruturas e equipamentos de utilização colectiva (redes de distribuição de água potável, centros de saúde, rodovias, etc.), mas também a prevalência de infecções no estado geral sanitário da população, a taxa de mortalidade infantil, a percentagem da população com rendimento insuficiente para uma vida digna, ou ainda os níveis de poluição ambiental. Quer dizer, indicadores de natureza muito diversa influenciam o grau de desenvolvimento económico. Deve notar-se que não há, em teoria, uma definição fechada dos factores que condicionam esse grau. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento económico é subjectivo. Contudo, ser subjectivo não significa ser irrelevante. Na verdade, ninguém é insensível à qualidade de vida e é por mais qualidade de vida que, afinal de contas, todos aspiramos ao longo das nossas existências. Talvez possamos mesmo dizer que a **melhoria da qualidade de vida**, *i.e.*, o **desenvolvimento económico**, é o propósito último para o qual a Humanidade inventou a economia.

Precisado o conceito de desenvolvimento económico, é importante explicar que o mesmo está intimamente associado ao **território**. Isto é assim porque a qualidade de vida que uma pessoa experimenta depende crucialmente do local em que se encontra. Por exemplo, o

¹ Versão dos estatutos do EA disponível na Internet, identificada como Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (s.d.) na lista bibliográfica presente no final deste artigo.

rendimento disponível de um trabalhador com determinadas qualificações é, em valor esperado, maior no Luxemburgo que na Bulgária; a poluição atmosférica que importa mais a um cidadão é aquela que se regista na cidade onde passa a maior parte do tempo e bem sabemos como a poluição é específica dos lugares; o acesso a um curso superior público de Medicina é mais barato para quem reside na cidade de Santiago de Compostela do que na cidade de Bragança, onde este curso não é oferecido. Por estas ilustrações se percebe que não faz sentido falar de desenvolvimento económico sem regiões. O desenvolvimento económico é, por definição, um processo **de base territorial**. Melhorar o desenvolvimento regional no espaço da Euro-região é melhorar os indicadores de desenvolvimento económico presentes neste espaço.

Chegados aqui, importa sublinhar que o estado de desenvolvimento regional no território em que o EA actua é uma enorme responsabilidade colectiva e o resultado de múltiplas decisões individuais tomadas diariamente por: empresas, famílias e Estado (no sentido de conjunto das administrações públicas); agentes presentes na euro-região e agentes presentes noutras regiões; geração actual de agentes mas também as gerações anteriores, na medida em que as decisões tomadas em dado momento podem condicionar as possibilidades de escolha das gerações seguintes.

Finalmente, para concluir esta secção algo conceptual, algumas palavras para caracterizar a política de desenvolvimento regional. A teoria económica contém argumentos bastantes para podermos afirmar sem hesitações que o funcionamento espontâneo dos mercados não assegura o desenvolvimento territorialmente equilibrado de nenhuma economia. Há razões que promovem a convergência de níveis de qualidade de vida entre regiões mas também há factores naturais que alimentam o desenvolvimento de uns territórios à custa do empobrecimento relativo de outros. Neste sentido, a intervenção do Estado orientada para a promoção da qualidade de vida pode ser útil e necessária. Porém, e este é um ponto politicamente essencial, as falhas do mercado na melhoria do desenvolvimento regional não significam por si mesmas que o Estado tenha sucesso nesta área. Quer dizer, a utilidade ou eficácia da política de desenvolvimento regional tem que ser um objectivo da mesma e um objectivo passível de avaliação. Quem tiver responsabilidades de decisão nesta área não pode perder de vista esta circunstância.

Mais, porque o objecto da política de desenvolvimento regional é a promoção da melhoria da qualidade de vida em qualquer território, e porque a qualidade de vida depende das escolhas formuladas por tanta gente, o sucesso daquela política exige fazer dos agentes que estão nos territórios parceiros de primeira grandeza na concepção e na execução da mesma. Eles têm que ser seduzidos para os instrumentos de política pois, sem eles, os instrumentos não funcionam. A sedução deve começar na fase de concepção dos mesmos, ouvindo e fazendo os agentes mais mobilizadores participar na construção do “fato” que, mais tarde, serão supostos envergar. A próxima secção explica a importância da atenção aos actores

na visão moderna do que deve ser uma política de desenvolvimento regional porquanto esta visão não está ainda suficientemente interiorizada entre os decisores com responsabilidades na área.

3. Um novo paradigma para as políticas de desenvolvimento regional

Durante décadas e até aos anos 90, prevaleceu na literatura económica a ideia de que o desenvolvimento harmonioso dos territórios carecia de medidas assistencialistas a favor dos espaços menos prósperos. E, por isso, ainda hoje, muitos países praticam uma política de desenvolvimento regional que é redistributiva e complementar das políticas sociais.

Ora a evidência histórica vem demonstrando que a orientação redistributiva das políticas regionais tem, nas experiências mais favoráveis, melhorado em territórios menos prósperos os níveis de acesso² das populações e empresas residentes a bens e serviços colectivos, como saneamento básico, transporte rodoviário e cuidados de saúde. Quer dizer, a visão redistributiva tem tido algum sucesso na provisão de benefícios a partir de infra-estruturas e equipamentos colectivos — a chamada **coesão territorial**. Contudo, a evidência também mostra, por exemplo, no caso português,³ que esta aposta redistributiva e assistencialista **não é suficiente** para travar a desertificação dos territórios de menor densidade demográfica ou a exclusão social em áreas densamente urbanizadas. Quer dizer, o verdadeiro desenvolvimento regional, na acepção defendida na secção anterior, carece de uma visão política diferente que, a par de preocupações com a coesão territorial, acrescente preocupações com a **competitividade territorial**. Quer dizer, é preciso envolver todos os agentes relevantes, internos e externos a cada território, para que este liberte as energias criadoras de actividade económica. Apostar na valorização mercantil dos recursos endógenos é o caminho e isso passa pela qualificação do capital humano mas também pela intensificação tecnológica da produção, pelas exportações, pelo acolhimento de visitantes, em suma, pela geração de negócios dentro de cada território e de cada território com os demais.

Alguns países vêm trilhando há alguns anos uma nova abordagem política perante os desafios do desenvolvimento regional. Esta nova visão é, aliás, definida pela OCDE como um novo paradigma das políticas de desenvolvimento regional, um modelo que se distingue do anterior através de quatro mudanças fundamentais — OECD (2008, p. 381):

- a) de medidas de redistribuição do rendimento para estratégias de competitividade;
- b) do investimento material em infra-estruturas físicas para o investimento imaterial na inovação;

² Em termos absoluto e, em muitos casos, também relativamente às regiões mais desenvolvidas.

³ Vejam-se, a este propósito, o estudo Mateus (2005) e o *Indicador Sintético de Desenvolvimento Regional* — INE (2010).

- c) de subsídios directos para mecanismos de incentivo;
- d) da concepção de políticas centralizadas para abordagens e parcerias contratuais.

Como também se pode ler nessa página, “no conjunto de países da OCDE que passam por fases diferentes na implementação desta mudança de paradigma da política regional, Portugal sobressai como um dos países que apresenta o mais claro compromisso político de aprovar reformas estruturais”. Os instrumentos da política de desenvolvimento regional que foram montados entre 2005 e 2009 prosseguiram, claramente, esta nova orientação.

Com efeito, o QREN⁴ português foi estruturado tendo a promoção da competitividade como a pedra angular; a percentagem dos fundos europeus da coesão aplicáveis em infra-estruturas e equipamentos colectivos caiu 41 pontos a preços constantes face ao período de programação 2000/2006 em favor de mais dinheiro para a qualificação das pessoas (+25%) e a melhoria do contexto competitivo das empresas (+47%); apostou-se muito em investimento imaterial com os instrumentos de ligação entre os centros de investigação e as empresas, o sistema de incentivos à inovação e o carinho político prestado à cooperação territorial europeia através de inúmeras iniciativas;⁵ fomentou-se imenso a cooperação entre agentes económicos (participação empresarial obrigatória) com o lançamento da família de instrumentos designada *Estratégias de Eficiência Colectiva (Pólos de Competitividade Tecnologia, Outros “Clusters”, iniciativa PROVERE para os territórios de baixa densidade, e Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbano)*,⁶ dinamizaram-se os instrumentos de engenharia financeira por contraponto aos subsídios a fundo perdido para empresas e, finalmente, importa destacar a enorme importância que se passou a dar às parcerias com actores territoriais para a montagem de acções colectivas de investimento público e privado. São os casos das *Parcerias para a Regeneração Urbana*, das *Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação*, dos *Programas de Desenvolvimento Territorial* das Comunidades Intermunicipais (que foram um requisito para a delegação de competências de gestão dos programas operacionais regionais, incluindo subvenções globais) e as *Estratégias de Eficiência Colectiva* já referidas.

Foi importante explicar nas linhas anteriores a aposta de Portugal num novo modelo de política de desenvolvimento regional para se perceber a utilidade recíproca da colaboração

⁴ QREN — *Quadro de Referência Estratégico Nacional*. É o documento que enquadra estrategicamente as intervenções estruturais da política de coesão num Estado-Membro durante o período 2007–2015.

⁵ Exemplos: modelo inovador na construção participada e no conteúdo do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, impulso à criação de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), elevação dos níveis político e técnico da participação de Portugal nas vertentes transnacional e interregional da cooperação territorial europeia, estímulo à participação das regiões na iniciativa *Open Days*, lançamento do conceito *cooperação transfronteiriça de segunda geração*, apoio à criação da *Euro-Cidade Chaves-Verín* e à estruturação da *Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças*, entre outras iniciativas políticas.

⁶ Dois pontos de partida para compreender a lógica das *Estratégias de Eficiência Colectiva* são Correia et al. (2009, pp. 171–172) e o Portal do QREN (s.d.).

entre o EA, por um lado, e o Governo e as autoridades portuguesas, por outro. A nova visão necessita, pois, de uma grande proximidade aos actores do desenvolvimento e o EA soube ler muito antes de outros esta orientação. Certamente porque já vinha trabalhando há muito segundo este modelo, cedo se apresentou disponível para ser um parceiro extraordinário na construção e na execução da política de desenvolvimento regional traçada na legislatura 2005–2009. É dessa experiência que quero dar conta nas próximas páginas.

4. Situação de partida na Euro-região

Tomei posse como *Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional* do Governo português em 14 de Março de 2005. A euro-região apresentava então um vasto conjunto de vulnerabilidades e virtualidades em matéria de desenvolvimento económico. Embora o presente artigo não seja o espaço apropriado para explicitar em profundidade esta ideia, releva para o seu objecto, no entanto, o destaque de alguns pontos.

Como pano de fundo da situação económica no lado português, tínhamos a desadequação profunda do **perfil de especialização económica** do Norte perante a globalização acelerada dos dez anos anteriores, associada a um défice sério de **qualificações da população** activa. Entre as principais vulnerabilidades dos dois lados do rio Minho, contavam-se, ainda um défice significativo de **acções colectivas coordenadas** entre agentes económicos (tanto entre privados, como entre públicos e, por maioria de razão, entre uns e outros), a focalização excessiva dos municípios em acções de **investimento material**, já com manifestas dificuldades de utilização da capacidade infra-estrutural instalada, e um sub-aproveitamento dos benefícios do terceiro pilar da política de coesão da União Europeia (UE), a chamada **cooperação territorial**.

Mas a euro-região detinha, igualmente, um valioso conjunto de pontos fortes para sustentar uma nova dinâmica de desenvolvimento regional. Uma vez mais sem possibilidade de desenvolvermos a ideia, queremos, pelo menos, destacar a existência de centros de saber com crescente capacidade de **ligação ao tecido empresarial**, bolsas importantes de **talento empreendedor** e de **capacidade de regeneração** em múltiplas actividades, tanto nos sectores privado e social quanto no público, alguns exemplos notáveis de **cooperação**, nomeadamente ao nível inter-municipal, e, claro, havia o *EA*.

Fundado em 1990, o Eixo depressa afirmou a utilidade social da sua existência. Estabilidade e visão de longo prazo nas directrizes políticas, a par do elevado profissionalismo e da dedicação pró-activa do secretariado técnico, permitiram a esta associação transfronteiriça de municípios granjear resultados para as populações abrangidas e reconhecimento externo pelo trabalho realizado. Em anexo, apresentamos a lista de actividades desta organização, segundo informação por ela disponibilizada na Internet.

Distribuídas por sete áreas de intervenção, a lista enuncia os objectivos e as iniciativas mais significativas promovidas pelo Eixo.

Mais depressa do que em qualquer outra parcela da Península Ibérica, os municípios associados cedo inovaram, trabalhando em domínios então pouco comuns. Fizeram da **cooperação** entre si para o desenvolvimento um facto natural e recorrente; especializaram-se em acções colectivas de natureza **imaterial** orientadas para a promoção da qualidade de vida em áreas em que o trabalho em rede é mais eficaz e mais eficiente do que as iniciativas mono-municipais; sedimentaram **pontes entre dois povos** quando a cultura política predominante nos dois países ainda não estava adequadamente sensibilizada para os méritos da colaboração transfronteiriça; desbravaram caminho na **internacionalização da euro-região**, ao buscarem por iniciativa própria parcerias noutros Estados-Membros da UE; Finalmente, e não é de somenos importância, o EA demonstrou disponibilidade e pró-actividade para trabalhar com as autoridades nacionais e regionais nos dois países. Quer dizer, o EA cedo adoptou uma postura alinhada com o novo paradigma das políticas de desenvolvimento regional que enunciámos na Secção 3 acima.

5. A articulação entre o Eixo Atlântico e o Governo português

É justamente esse trabalho conjunto que o Eixo e o Governo português desenvolveram entre 2005 e 2009 que quero agora comentar. Essa colaboração respeitou sempre as **competências próprias** e, naturalmente, diferentes das duas entidades. No meu caso, sempre esteve claro que o EA estava legitimado para defender os interesses identificados nos seus estatutos, compreensivelmente limitados à sua jurisdição territorial, enquanto que o Governo português devia responder pelo bem-comum em todas as parcelas do território nacional, de acordo com a organização político-administrativa do país. Este princípio de “separação de poderes”, a que acresceu o da não-discriminação pelo Governo entre associações de municípios, foi impecavelmente interpretado pelas partes desde a primeira hora e explica parte do sucesso desta colaboração.

Mas há mais razões profundas para justificar o êxito do trabalho conjunto para as populações representadas pelo EA e pelo Governo. O EA tem no seu ADN o **gosto pelo trabalho reflectido** e é por isso que boa parte das suas contribuições para a sociedade, em geral, e as autoridades, em particular, são estudos e documentos de planeamento estratégico. Isso ajuda a criar um clima intelectual favorável para a implantação de uma agenda reformadora em matéria de desenvolvimento económico de base territorial. Para uma súpula da agenda que, com esta natureza, se promoveu em Portugal, veja-se Baleiras (2007) ou, com maior profundidade, Correia *et al.* (2009, pp. 157–202). Depois, tanto o Eixo quanto o Governo partilharam a **mesma visão estratégica quanto ao desenvolvimento regional**, incluindo a cooperação territorial. Não me esqueço das palavras que o Secretário-Geral do Eixo, Xoán

Mao, me dirigiu pouco tempo depois de ser conhecido o documento QREN de Portugal: “O Governo tem, no QREN, uma estratégia para o desenvolvimento económico do país com a qual nos identificamos e que queremos ajudar a concretizar.” Foi, por isso, fácil e mutuamente vantajoso organizar, ao longo dos anos, **várias iniciativas de mobilização de actores** na euro-região para a execução de iniciativas da política de desenvolvimento regional. Com a colaboração de Serviços da administração portuguesa sob a minha tutela, no caso o *Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional* (IFDR) e *Autoridades de Gestão* do QREN, realizámos inúmeras iniciativas. Com efeito, entre outras: fomentámos a organização de candidaturas individuais e colectivas ao Programa Operacional Regional do Norte e a programas operacionais de cooperação territorial em que a Península Ibérica participa; lançámos na euro-região e na Europa o conceito de cooperação transfronteiriça de segunda geração, já a pensar na política de coesão pós-2013; discutimos as virtualidades e limitações do instrumento AECT para o próprio EA; estimulámos a constituição de uma rede luso-espanhola de organizações transfronteiriças; pugnámos pela internacionalização da euro-região, nomeadamente através da semana europeia do desenvolvimento regional⁷ e da promoção de uma federação europeia para a cooperação territorial de autoridades locais;⁸ e publicámos duas obras culturais de prestígio alusivas ao património comum de portugueses e espanhóis.⁹

6. Conclusão

A política de desenvolvimento regional faz-se com actores enraizados no território e comprometidos estrategicamente com uma agenda estrutural modernizadora. A mobilização de milhares de agentes, de empresas a municípios, passando por inúmeras outras organizações da sociedade civil e serviços das administrações central, regional e local, não acontece por acaso; requer um trabalho de formiga, persistente, por parte dos decisores e de

⁷ “Open Days of Regions and Cities”, iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Comité das Regiões que decorre desde 2003, essencialmente, em Bruxelas.

⁸ Veio a ser constituída em Cáceres, a 23 de Junho de 2009, a Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças. Reúne 12 organizações que se dedicam à cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha. Mais informação em http://www.rietiberica.eu/riet/index.php?option=com_content&view=article&id=314&Itemid=419&lang=pt.

⁹ *Encontros e Desencontros Ibéricos — Tratados Hispano-Portugueses desde a Idade Média*, livro referenciado como Albuquerque et al. (coords., 2006) na lista bibliográfica, e *A Europa e o Mar — Vocação e Diálogo*, identificado como Fonseca (coord., 2008). Ambas as obras são iniciativas do IFDR desenvolvidas em colaboração com o EA. A primeira, uma edição bilingue, é uma viagem guiada às relações entre o povo português e os outros povos ibéricos através da interpretação dos acordos políticos mais emblemáticos, desde o Tratado de Tui em 1137 até ao Acordo MIBEL em 2004, tendo sido encomendada para celebrar as relações de cooperação transfronteiriça luso-espanholas no âmbito da política europeia de coesão. O segundo livro, edição em quatro línguas, foi encomendado para marcar o arranque do *Programa Operacional de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico 2007/2015*, o primeiro sob gestão portuguesa, e apresenta, pela pena de renomados pensadores, a relação com o oceano dos cinco povos europeus que integram aquele programa operacional.

actores-chave que se assumam como dinamizadores de muitas outras vontades. A euro-região e, atrevo-me a dizer, a União Europeia, continuam muito carentes do exemplo e da inspiração do *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*; soube transformar-se num líder territorial extremamente eficaz, num orquestrador exímio de acções colectivas concertadas em prol da melhoria da qualidade de vida e é um aliado indispensável dos decisores políticos que saibam o que é desenvolvimento regional. Por tudo isto, concluo dando os parabéns ao Eixo pelos seus primeiros vinte anos de vida. Que muitos mais se sigam!

ANEXO: Actividades do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Lista elaborada em 8 de Setembro de 2010 a partir do portal <http://www.eixoatlantico.com>

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1. Objectivos

- Apresentação de uma candidatura ao programa LIFE sobre resíduos
- Implantação da Agenda 21 nas cidades que ainda a não possuem
- Criação da Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico
- Arranque do projecto PISU (Plano Integrado de Sustentabilidade Urbana)

1.2. Iniciativas

- [BCN Ecologia](#)
- [Agenda 21](#)

2. PLANEAMENTO E TRANSPORTE

2.1. Objectivos

- Elaboração da estratégia de transportes do Eixo Atlântico
- Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade do interior
- Estudo final sobre o Sistema Ferroviário Interior na Euro-região Galiza-Norte de Portugal, no qual se reconhecem a evolução, o estado actual e as perspectivas futuras

2.2. Iniciativas

- [Intermodalidade](#)
- [Serviço de Estudos e Publicações](#)

3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.1. Juventude

3.1.1. Objectivos

- Arranque da I Mostra Musical de Novos Intérpretes
- Desenvolvimento de um projecto educativo do Eixo Atlântico
- Criação em 2008 do *Forum* da Juventude do Eixo Atlântico

3.1.2. Iniciativas

- [Forum da Juventude](#)
- [Mostra musical de novos intérpretes](#)
- [Projecto educativo](#)

3.2. Educação

3.2.1. Objectivos

- Organização da II Mostra Musical de Novos Intérpretes
- Apresentação e debate do projecto educativo do Eixo Atlântico
- Criação do *Forum* da Juventude do Eixo Atlântico

- 3.2.2. Iniciativas
 - [Mostra Musical](#)
 - [Projecto Educativo](#)
- 4. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
 - 4.1. Objectivos
 - 4.2. Iniciativas
 - [Agenda Local i-2010](#)
 - [Siutea](#)
- 5. CULTURA
 - 5.1. Objectivos
 - VIII Bienal de Pintura do Eixo Atlântico
 - Actualização do Guia de Recursos Culturais do Eixo Atlântico
 - 5.2. Iniciativas
 - [Bienal de Pintura](#)
 - [Guia de Recursos Culturais](#)
 - [Quinta das Lágrimas](#)
 - [Bienal de Fotografia](#)
- 6. TURISMO
 - 6.1. Objectivos
 - Publicação dos Guias da Água do Eixo Atlântico, dividida em três volumes: Rios, Costa e Termalismo.
 - Publicação dos segundos livros das Rotas pelas cidades do Eixo Atlântico e a Gastronomia, estruturadas sob a forma de rotas temáticas, procurando reforçar as cidades recentemente incorporadas no Eixo
 - Finalização do estudo sobre Políticas Turísticas das cidades do Eixo Atlântico
 - 6.2. Iniciativas
 - [Guias Turísticos](#)
- 7. DESPORTO
 - 7.1. Objectivos
 - Definição do novo modelo dos Jogos do Eixo Atlântico
 - Organização dos próximos Jogos do Eixo Atlântico 2009
 - Definição do modelo desportivo do Eixo Atlântico
 - Lançamento de novos Torneios (Andebol, Voleibol de Praia, ...)
 - 7.2. Iniciativas
 - [Jogos do Eixo Atlântico 2009](#)
 - [Regata do Eixo Atlântico](#)
 - [Troféu de andebol](#)

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Martim de, GUERREIRO, Inácio, PORTELA, Feliciano Novoa e CASTELLANOS, Elena Postigo (coords., 2006), *Encontros e Desencontros Ibéricos — Tratados Hispano-Portugueses desde a Idade Média*, publicação em português e castelhano, Lisboa: Chaves Ferreira — Publicações, S. A. e Lunweg Editores.

BALEIRAS, Rui Nuno (2007) “O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para os Fundos Estruturais e de Coesão no Período de Programação 2007/2013”, *Eixo Atlântico — Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal*, n.º 12, Julho-Dezembro, pp. 31–43.

CORREIA, Francisco Nunes, ROSA, Humberto, FERRÃO, João e BALEIRAS, Rui Nuno (2009), *Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional: Balanço da Legislatura*, Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR (s.d), *Estatutos*, versão disponível na Internet em 13/09/2010: http://www.eixoatlantico.com/_eixo_2009/subido/paginas%20simples/pag20090526175532/Estatutos.pdf.

FONSECA, Luís Adão (coord., 2008), *A Europa e o Mar — Vocação e Diálogo*, publicação em português, castelhano, francês e inglês, Lisboa: Chaves Ferreira — Publicações, S. A..

INE — Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2010), *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional — 2007, Informação para a Comunicação Social*, 27 de Abril, disponível na Internet em 17 de Setembro de 2010: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquese&DESTAQUESdest_boui=8766637&DESTAQUESmodo=2.

MATEUS, Augusto (coord., 2005), *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social*, Estudos Temáticos para Preparação do QREN, coordenação do Observatório do QCA III, Lisboa: Consórcio Augusto Mateus & Associados (líder), CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE.

OECD — Organization for Economic Co-operation and Development (2008), *OECD Territorial Reviews-Portugal*, Paris: OECD Publications.

PORTAL DO QREN (s.d.), *Estratégias de Eficiência Colectiva*, informação disponível na Internet em 17 de Setembro de 2010: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=381.